PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

CONSELHO DA MULHER DO PARANÁ

V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS Mulheres do Paraná
As Mulheres, os Territórios e as Cidades

RELATÓRIO FINAL DA V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO PARANÁ

A V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Paraná, com o tema "As Mulheres, os Territórios e as Cidades" foi realizada no município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, de 29 a 31 de julho de 2025, ocorreu após a realização das conferências municipais, intermunicipais e conferências livres, sediadas em 233 municípios e que buscaram contemplar toda a diversidade de mulheres presentes em nossos territórios.

A etapa de conferência estadual faz parte da preparação para a 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com a participação dos governos estaduais, municipais e sociedade civil. Seu objetivo é promover políticas públicas que avancem na igualdade de gênero e defendam os direitos das mulheres. É um espaço de engajamento cívico, onde mulheres de todos os cantos do país trazem suas vozes, experiências, aspirações e demandas para construção de políticas públicas.

A última Conferência Nacional ocorreu em 2016. A edição de 2025 chega em um contexto político radicalmente diferente — marcado por uma defesa renovada da democracia, tema central dos atuais desafios da sociedade brasileira. Nesse cenário, o protagonismo feminino torna-se indissociável de uma abordagem regenerativa: um esforço consciente e coletivo para curar fraturas do passado, ao mesmo tempo em que cultivamos futuros mais justos e afirmativos da vida.

A 5ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Paraná seguiu esse padrão, marcando o ápice de uma extensa jornada participativa que envolveu **225 conferências municipais, intermunicipais e livres**, engajando milhares de mulheres de diferentes geografias, culturas e realidades socioeconômicas. Com 399 municípios e quase seis milhões de mulheres, o Paraná personifica a vasta e plural realidade do Brasil. No entanto, em meio a essa pluralidade, o processo foi unido por um propósito unificador: construir um mundo livre de estereótipos, em que mulheres e meninas liderem a redistribuição de poder e corrijam ativamente a exclusão histórica das perspectivas femininas das políticas públicas, do desenvolvimento urbano e do planejamento territorial.

As mulheres há muito tempo são guardiãs da vida, transformando espaços negligenciados em lugares de segurança, fomento ao protagonismo e pertencimento. A liderança regenerativa traz à tona esse trabalho, muitas vezes invisível, tornando-o visível, valorizado e apoiado coletivamente.

O **protagonismo regenerativo** não depende de títulos formais ou grandes investimentos. Começa com ações intencionais que rejeitam mapas obsoletos e traçam novos territórios. Na Conferência, as mulheres foram convocadas a imaginar futuros enraizados no potencial de seus lugares. No centro dessa visão estava uma questão norteadora: como seria um mundo moldado por mulheres? Os seis eixos políticos interconectados do evento buscaram transformar essas respostas em políticas públicas executáveis.

Principais eixos políticos: o que foi discutido?

1. Democracia, Participação e Liderança Política das Mulheres

O Brasil ocupa atualmente a 133ª posição global em termos de paridade de gênero no parlamento, com apenas 17,7% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 19,8% no Senado ocupadas por mulheres — números bem abaixo da média latino-americana (ONU Mulheres, 2025). No nível estadual, o Paraná atingiu um marco histórico com 10 mulheres eleitas para a Assembleia Legislativa para o mandato de 2023-2026. Entretanto, elas ainda representam apenas 18,5% das 54 cadeiras — evidenciando um persistente desequilíbrio de gênero.

Este eixo focou em caminhos para mudar essa realidade. As discussões se concentraram no desenvolvimento de capacidades e no fortalecimento da legislação existente contra a violência política de gênero, bem como, na formulação de novas políticas para promover uma representação mais justa, especialmente para mulheres negras e outros grupos historicamente marginalizados. As delegadas enfatizaram que a participação política deve ir além dos números — deve desmantelar as dinâmicas de poder que continuam a marginalizar as mulheres dos espaços de tomada de decisão.

2. Trabalho, Equidade Salarial e Autonomia Econômica.

Apesar de avanços importantes, persistem disparidades significativas de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. Em média, as mulheres brasileiras ganham 21% menos que os homens, com disparidades ainda maiores entre as mulheres negras. Em cargos executivos de alto escalão, as mulheres ganham 26,8% menos que seus colegas homens (Forbes, 2025). A informalidade também afeta as mulheres de forma desproporcional — mais de 8 milhões estão empregadas na economia informal, muitas vezes sem proteção social.

No Paraná, a desigualdade de renda reflete a tendência nacional. No quarto trimestre de 2024, a renda média real das mulheres era de R$ 3.141, contra R$ 3.683 dos homens — uma diferença de R$ 542, ou aproximadamente 14,7% (IPARDES, 2025).

Este eixo defendeu a eliminação das desigualdades salariais de gênero e raça, o reconhecimento do trabalho informal e doméstico e a criação de políticas que fortaleçam a autonomia econômica das mulheres. Redistribuir a riqueza como um ato de justiça social não é apenas uma medida corretiva — é um passo fundamental para a verdadeira emancipação econômica das mulheres.

3. Territórios livres de violência e fortalecimento das redes de proteção

O Brasil está entre os países com as **maiores taxas de feminicídio**. Em 2023, uma mulher foi morta a cada seis horas — na maioria das vezes em sua própria casa, por um parceiro atual ou antigo. Embora a legislação que aborda a violência de gênero tenha avançado nos últimos anos, as redes de apoio destinadas a proteger as mulheres permanecem frágeis, fragmentadas e inadequadas. No Paraná, o estado registrou 109 casos de feminicídio em 2024 — um aumento de 34,6% em relação aos 81 casos registrados em 2023 (Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná – SESP/PR). Esse aumento acentuado ressalta a necessidade urgente de ações coordenadas e investimentos em infraestrutura de proteção.

As participantes enfatizaram a importância de expandir tanto o número quanto o alcance territorial de abrigos para mulheres, delegacias especializadas e centros de apoio. Igualmente crucial é a prestação de serviços humanizados e intersetoriais que previnam a revitimização e ofereçam atendimento integral. A capacitação de servidores públicos com forte foco em equidade de gênero e raça — especialmente em áreas rurais e periferias urbanas — foi identificada como uma prioridade fundamental.

As propostas deste eixo concentraram-se na construção de redes de proteção robustas e integradas e na reafirmação de que a segurança das mulheres deve ser tratada como uma prioridade inegociável de política pública. Como as delegadas afirmaram com veemência: onde há medo, não há liberdade.

4. Direito ao Território e Sustentabilidade

As mulheres devem estar na vanguarda da construção de transições justas e ecológicas. Com a COP30 programada para acontecer em Belém do Pará, este eixo apresentou propostas sensíveis às questões de gênero para a justiça climática, reconhecendo que a sustentabilidade ambiental e a equidade de gênero são inseparáveis.

O Paraná, com sua rica diversidade de biomas e populações, tem um potencial significativo para liderar iniciativas transformadoras que integrem

agricultura sustentável, segurança hídrica, proteção ambiental e justiça territorial — tudo com as mulheres no centro. Nas áreas urbanas, a ênfase foi em promover um urbanismo de proximidade que garanta ar puro, qualidade de vida, acesso a hortas urbanas e segurança em espaços públicos.

As principais linhas de trabalho incluíram o acesso à terra por meio da reforma agrária e regularização legal, o direito à moradia urbana digna, a representação igualitária em conselhos ambientais e o apoio direcionado ao empreendedorismo verde liderado por mulheres. Uma questão central norteou as discussões: **quais investimentos são necessários para garantir a participação ativa das mulheres na gestão territorial e na transição ecológica?**

5. Educação e Cultura Não Sexistas para a Igualdade

No Brasil, os estereótipos de gênero continuam a influenciar profundamente o cotidiano escolar e cultural, limitando os sonhos, as escolhas profissionais e a autoestima das meninas. A falta de representatividade de mulheres, pessoas negras e indígenas nas narrativas oficiais perpetua desigualdades históricas e silenciamentos estruturais.

Reconhecer as escolas e as instituições culturais como espaços de emancipação é essencial para promover uma educação que não se limite a reproduzir essas desigualdades, mas que as questionem e transformem ativamente. No Paraná, as discussões enfatizaram que desconstruir masculinidades tóxicas é um passo crucial para permitir que os homens se vejam como vulneráveis e capazes de construir relacionamentos empáticos, respeitosos e não violentos. Ensinar meninos a se tornarem homens sem depender de opressão ou dominação é parte fundamental do desmantelamento da cultura patriarcal. Este eixo defendeu que as escolas e os espaços culturais se tornem verdadeiros locais de libertação — onde narrativas históricas arraigadas sejam desafiadas e novos imaginários inclusivos possam criar raízes e florescer.

6. Saúde Integral e Bem-Estar para Mulheres

As mulheres constituem a maioria da população brasileira e são as principais usuárias e cuidadoras do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, muitas, especialmente aquelas em áreas rurais ou urbanas periféricas, enfrentam barreiras significativas no acesso aos cuidados.

No Paraná, as participantes da conferência discutiram a necessidade de fortalecer o SUS com uma perspectiva de gênero, essencial para garantir o acesso universal a exames preventivos, parto humanizado, métodos contraceptivos e

serviços de saúde mental. Programas personalizados são necessários para atender às diversas necessidades de diferentes grupos de mulheres, respeitando seus contextos de vida singulares.

Este eixo exigiu políticas de saúde interseccionais que considerassem raça, classe, geografia e idade, garantindo o direito à saúde para meninas, mulheres jovens, adultas e idosas — incluindo mulheres com deficiência, lésbicas e mulheres trans — em contextos urbanos e rurais.

Além destes seis eixos, foram discutidos dois eixos transversais, quais sejam:

I – **Financiamento Público** como alicerce da governança da política da mulher, visando assegurar a plena efetivação dos direitos das mulheres e a sustentabilidade das políticas públicas direcionadas à promoção da equidade;

II – **Política Integral de Cuidados** com vistas a garantir o desenvolvimento de mecanismos para o atendimento integral às necessidades das mulheres, com ênfase nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Embora o processo conferencial tenha sido extremamente rico, ainda não conseguimos alcançar a plena representatividade da diversidade de mulheres presentes em todo o estado do Paraná, em suas distintas regiões. Isso nos aponta para a necessidade de processos articulados que levem à prática efetiva das propostas e recomendações advindas das Conferências realizadas

Propostas aprovadas na plenária do dia 31 de agosto para serem enviadas à 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

I – Democracia, Participação e Governança das Mulheres:

Propor as seguintes alterações legislativas:
1.(proposta transversal) Estabelecer em lei que homens condenados, com trânsito em julgado, por crimes de violência contra a mulher — considerando as dimensões de classe, gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência — sejam declarados inelegíveis. Caso já estejam em processo eleitoral, tenham a candidatura imediatamente indeferida; e, se eleitos, que seus mandatos sejam cassados. No âmbito do serviço público, assegurar que servidores em estágio probatório condenados nessas condições não sejam efetivados e que servidores já efetivos percam o cargo.

2. Participação política das mulheres (poder, formação, democracia, fundo, violência política), paridade e cotas na política: Garantir a reserva de 50% das cadeiras no Poder Legislativo, em todas as esferas federativas, como cota de gênero, assegurando maior equidade na representação política. Determinar a paridade nas executivas e nos diretórios partidários, abrangendo também as dimensões de classe, gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência. Ampliar as leis de cotas já existentes e fortalecer a fiscalização contra candidaturas fictícias, garantindo sua efetiva implementação.

II – Trabalho, Equidade Salarial e Autonomia Econômica:

1. Garantir que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) não seja impactado pela renda da mãe proveniente de vínculo empregatício, quando esta constituir a única fonte de sustento familiar. Nessa condição, a remuneração de até um salário mínimo não deverá ser considerada no cálculo da renda per capita, evitando que tal critério inviabilize o acesso ou a permanência do beneficiário no programa.

2. Alterar o artigo 7º da Constituição Federal para ampliar a licença-maternidade para 180 dias e a licença-paternidade para 30 dias, com estabilidade no emprego, vínculo previdenciário garantido e fortalecimento dos direitos das trabalhadoras e da primeira infância, incentivando a corresponsabilidade parental desde o nascimento da criança.

III – Territórios Livres de Violência e Qualificação das Redes de Atenção à Mulher

1. Garantir que todas as meninas e mulheres em situação de violência, em municípios de todos os portes, tenham acesso integral aos serviços públicos de apoio psicossocial e de saúde mental, com acolhimento qualificado, escuta ativa e continuidade do cuidado nos diferentes territórios. As ações devem contemplar: a) ampliação do número de profissionais especializados na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), com abordagem intersetorial e em conformidade com seus protocolos e fluxos, assegurando atendimento a todas as mulheres em sua diversidade, com observância das interseccionalidades; b) Inclusão da condição de mulher em situação de violência — e de seus dependentes — como critério de agravamento no instrumento de estratificação de risco em saúde mental, garantindo prioridade de acesso; c) promoção de campanhas educativas e comunitárias em escolas, Unidades de Saúde, espaços culturais, comunidades e empresas privadas, voltadas à conscientização sobre os impactos da violência na saúde mental das

mulheres. Essas ações devem considerar a diversidade e as especificidades relacionadas à raça, etnia, classe, idade, nacionalidade, sexualidade, deficiência e demais marcadores sociais da diferença, fortalecendo o cuidado em rede e promovendo o direito à saúde e à dignidade.

2. Implementar políticas públicas educacionais permanentes e intersetoriais para a prevenção da violência contra meninas e mulheres, promovendo a equidade de gênero desde a infância a partir das seguintes ações: a) inserir conteúdos sobre violência de gênero, direitos humanos e diversidade nos currículos (contemplando relações de gênero, raça, classe, etnia, idade, orientação sexual, deficiência, origem geográfica e demais marcadores sociais da diferença), com formação continuada de educadores(as) e materiais pedagógicos adequados; b) desenvolver ações educativas em escolas, espaços comunitários, religiosos e empresas, com participação de famílias, jovens, idosos, universidades e movimentos sociais; c) integrar políticas de mulheres, educação, saúde, cultura, justiça e assistência social para prevenção e sensibilização nos territórios; d) ampliar programas nacionais de grupos reflexivos e reeducação para autores de violência doméstica e familiar; e) criar protocolo que assegure o direito de ensinar e aprender com transversalidade de gênero, raça, etnia, religiosidade e sexualidade, respeitando as diversidades.

IV – Direito ao Território e Sustentabilidade:

1. Fortalecer a agricultura familiar e urbana sustentável por meio da criação e apoio a hortas comunitárias, agroecológicas e quintais produtivos em áreas rurais e urbanas, com oferta de assistência técnica, fornecimento de insumos, ações educativas sobre alimentação saudável e incentivo à criação de canais de comercialização voltados especialmente para mulheres. A iniciativa deve promover a sustentabilidade ambiental e a geração de renda local, estimulando a formação de pomares, espaços coletivos de cultivo e cooperativas de produção primária, além de instituir o selo “Mulheres que Cultivam” para identificar e valorizar produtos oriundos dessas hortas e empreendimentos, com critérios claros e ampla divulgação em mercados locais e regionais. Complementarmente, propõe-se a criação das Casas de Economia Solidária para Mulheres, como espaços de apoio à comercialização, à formação em práticas sustentáveis e ao fortalecimento de cooperativas e coletivos femininos.

2. Criar um Programa Estadual/Nacional de Mulheres pelo Clima, Justiça Socioambiental e Gestão da Água, com financiamento de projetos ambientais

liderados por mulheres e voltados também para respostas a eventos climáticos, reconhecendo e valorizando os saberes tradicionais das mulheres indígenas, quilombolas, de terreiro, da agricultura familiar e de outras comunidades tradicionais no cuidado com a natureza, sementes, plantas medicinais e territórios. O programa deve incorporar a perspectiva de gênero nas políticas ambientais, urbanísticas e de ordenamento territorial, garantindo investimento público para ampliar a participação das mulheres na gestão do território e na transição ecológica. Prevê ainda a implementação políticas públicas integradas e o desenvolvimento de campanhas educativas em escolas e comunidades, ressaltando o protagonismo feminino na preservação ambiental e incentivando práticas sustentáveis como compostagem, reciclagem e destinação correta do lixo, além de assegurar a presença das mulheres em conselhos e instâncias decisórias relacionadas ao meio ambiente.

V – Educação Não Sexista e Cultura para Igualdade:

1. Implementar uma política cultural ampla, continuada e com perspectiva de gênero, voltada à promoção da igualdade, à valorização da diversidade e ao enfrentamento das desigualdades, com criação de programas e editais específicos para fomentar atividades artísticas, culturais e literárias protagonizadas por mulheres — especialmente negras, indígenas, LBTQIAP+, com deficiência e do campo — e para valorizar expressões culturais tradicionais, histórias invisibilizadas e narrativas de resistência. Essa política deve prever financiamento público, garantir paridade de gênero nas leis de incentivo, apoiar coletivos periféricos, criar e fortalecer espaços culturais em bairros e escolas, além de integrar atividades educativas artísticas à rede pública de ensino, assegurando a aplicação das Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e nº 12.288/2010 por meio de oficinas, circuitos culturais escolares, campanhas em datas simbólicas e articulação com o setor educacional, de modo a tornar escolas, centros culturais e espaços de convivência locais de fortalecimento do protagonismo feminino e de questionamento dos estereótipos de gênero.

2. Promover masculinidades positivas e prevenir as violências de gênero por meio da criação e fortalecimento de campanhas culturais, programas de formação e ações educativas permanentes voltadas à construção de masculinidades saudáveis, não violentas e comprometidas com a equidade de gênero, enfrentando a cultura do machismo. As iniciativas devem incluir rodas de conversa, grupos reflexivos, círculos de diálogo, materiais educativos, circuitos culturais, atividades escolares e mídias públicas, além de ações relacionadas à saúde mental dos homens, paternidade ativa e respeito à diversidade. Recomenda-se a articulação com o

Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para atendimento a agressores e ex-agressores, visando romper ciclos de violência e promover mudanças comportamentais. Propõe-se ainda a ampliação das licenças parentais e o incentivo a políticas de cuidado compartilhado, com o objetivo de reduzir a sobrecarga feminina.

VI – Saúde Integral e Bem-Estar da Mulher

1.Implementar nacionalmente uma Política de Parto Humanizado no SUS que assegure o protagonismo das mulheres no ciclo gravídico-puerperal, garantindo direito a acompanhante, serviço de doulagem ofertado pelo SUS, respeito às especificidades culturais e ao Plano de Parto, incluindo medidas de conforto e analgesia no parto vaginal. A política deve reduzir intervenções desnecessárias, promover o parto respeitoso e combater a violência obstétrica por meio de educação perinatal nas UBS, com atuação de equipe multidisciplinar, além de estabelecer mecanismos de fiscalização e responsabilização das instituições diante de eventuais violações de direitos.

2. Implementar uma Política Nacional de Atenção Integral à saúde das mulheres em unidades prisionais, com equipe profissional disponível de acordo com a lotação de cada unidade, com atenção especial à saúde mental, odontologia e especialidades como dermatologia, ortopedia, ginecologia e doenças respiratórias. Garantindo acesso aos exames e medicações e atenção às mulheres gestantes privadas de liberdade, viabilizando amamentação e cuidados no puerpério.

O processo conferencial como instrumento de mobilização e organização.

Passados os momentos que exigiram maior esforço e trabalho de todas para que este processo significasse um ponto de inflexão positiva na curva de mobilização das mulheres e das esferas governamentais na busca por concretizar direitos, cabe um momento de avaliação, mesmo que ainda inicial.

A Conferência Estadual reuniu 600 delegadas, além de 425 mulheres que participaram como observadoras e convidadas. Ao saldo numérico muito positivo alcançado, sobrepõe-se o resultado qualitativo da participação que ocorreu de forma propositiva, buscando o que nos identifica, tratando de forma respeitosa as diferenças, superando dificuldades inerentes à organização de um evento tão amplo.

O conjunto de propostas elaboradas nesta Conferência representa o esforço de síntese do que foi postulado em cada conferência que a antecedeu e será base

para a elaboração do novo Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, além de contribuir para as discussões que serão feitas na Conferência Nacional.

Após todo o processo conferencial e o trabalho de síntese das propostas, identificamos que as questões relacionadas à violência contra as mulheres, em toda a sua amplitude, foram recorrentes em todos os eixos e em grande parte das propostas apresentadas nesta conferência, demonstrando que esta questão é estrutural em nossa sociedade caracterizada pelo patriarcado, pelo machismo, misoginia e sexismo.

Nesse sentido, incluir as mulheres no orçamento das três esferas de governo, como forma de reduzir a imensa desigualdade de gênero/sexo e raça/etnia presente em nossa sociedade, é uma necessidade e uma urgência, no sentido de implementação de políticas públicas que assegurem direitos humanos às mulheres.

É fundamental considerar a interseccionalidade — ou seja, os diferentes aspectos da identidade de uma pessoa (contemplando gênero, raça, classe, etnia, idade, orientação sexual, deficiência, origem geográfica e demais marcadores sociais da diferença) - que se cruzam, coexistem e interagem, criando sistemas de opressões (e privilégios), tanto individuais quanto coletivos. Isso exige também que a intersetorialidade se reflita e se concretize nas diversas políticas públicas, ampliando a capacidade de escuta ativa das mulheres, contribuindo para que sejam pensadas e construídas formas mais eficazes de enfrentar todas as questões que as atingem e violam seus direitos humanos e sociais.

Dessa forma, conclamamos:

a) a todas instâncias governamentais, instituições públicas — e, se possível, privadas — e a sociedade civil, especialmente por meio dos movimentos sociais que reivindicam os direitos humanos de mulheres e meninas, a se engajarem na construção de uma sociedade da paz, mais justa, igualitária, com equidade de gênero/sexo e raça/etnia, e com justiça socioambiental;

b) que as mulheres possam viver com liberdade de escolhas, livre das mais diversas formas de violência que as oprime e as subjuga;

c) que possamos ter mais mulheres nos espaços de poder e decisão, na esfera pública e privada e que seus pensamentos e vozes sejam respeitadas;

d) que os territórios em que as mulheres são protagonistas sejam preservados e mobilizados para que tenham mais recursos e condições de sobreviver nos locais que escolheram ou o que lhes coube viver;

e) que os governos mobilizem suas políticas e planos governamentais para que as mulheres tenham mais oportunidades de escolarização, trabalho e renda e que sejam pensadas nestas políticas como sujeitos de direito e não somente como cuidadoras e as únicas responsáveis pela manutenção da família.

f) que sejam reconhecidas como trabalho as atividades de cuidados comumente exercidas pelas mulheres no ambiente doméstico/familiar e valorizadas as profissões majoritariamente femininas, como, educadoras, profissionais da saúde e da assistência social, tradicionalmente mal remuneradas e pouco valorizadas socialmente.

Que todas as delegadas eleitas abaixo relacionadas representem-nos enquanto mulheres do Paraná, levando nossas propostas, defendendo nossos direitos e fazendo suas vozes serem ouvidas em todo este vasto território - BRASIL.

Relação das delegadas eleitas para 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

DELEGADAS - SOCIEDADE CIVIL

MULHERES NEGRAS TITULARES - Número de vagas 21 (33%)
Angelita Susana Neiva dos Santos
Atena Gabriela Silva Souza
Benedita Bernardes Rufino
Bruna Marcelly Coutinho
Carolina Almeida De Campos
Celina do Carmo da Silva Wotcoski
Cleuza Souza Theodoro
Debora Regina De Castro Dias
Eliana Teixeira Pinto Massola
Eloisa Sant Anna Da Silva Roland
Érica Barbosa Ribeiro Da Silva

Flancielly Estevam De Oliveira Scalla
Ivanete Paulino Xavier
Ivanilda Aparecida Ferreira Vitalino
Izabel Cristina Ribas
Jaqueline Gomes Do Amaral
Jessy Nicole Mello De Souza
Leila Vanda Aguiar
Lorraine Helena Dias
María Luiza Da Silva
Teresa Mendes De Souza
MULHERES LBTQIAP+ TITULARES - Número de vagas 07 (10%)
Andrea Marques Ribeiro
Bruna Ravena Braga Dos Santos
Dayane Pinto Moreira
Katrine Padilha Dos Santos
Renata Borges Branco
Sthefanny Star Nunes De Lima Correia
Taís Adams Gramowski
MULHERES COM DEFICIÊNCIA TITULARES - Número de vagas 04 (5%)
Leonete Maria Spercoski Ribas
Meire Ellen Moreno
Rita De Cassia Lemos Barboza
Zeila Plath Oliveira Da Silva
MULHERES INDÍGENAS TITULARES - Número de vagas 04 (5%)
Amaue Lourenço Guarani Jacintho
Glória Cornélio
Jovina Renh Ga Donato De Oliveira
MULHERES QUILOMBOLAS/ POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS TITULARES - Número de vagas 04 (5%)
Gislaine Gonçalves
Joci Rodrigues De Medeiros

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

CONSELHO DA MULHER DO PARANÁ

V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS Mulheres do Paraná
As Mulheres, os Territórios e as Cidades

SEGMENTO DA AMPLA CONCORRÊNCIA - Número de vagas: 23 e 03 vagas que sobraram dos segmentos das mulheres indígenas e quilombolas
MULHERES TITULARES ELEITAS POR CONSENSO E REGIÃO
Andréia Da Silva
Aparecida Reis Barbosa
Carmen Lúcia Sartori Dias
Dahiane Inocência Silveira
Daniele Chrystine Verissimo Simoni
Elza Maria Campos
Luiza Fernanda Oliveira
Mara Izabel da Silva
Maria Isabel Correa
Maria Isabel Fernández Rodriguez
Marilda Ribeiro da Silva
Marily de Fátima Trapli
Priscila Schran De Lima
Silvana Aparecida De Oliveira Gibim
Sueli Aparecida Castilho Caparroz
Sueli Galhardi
Valdirene de Jesus de Araújo Martins
MULHERES TITULARES ELEITAS POR VOTAÇÃO INDIVIDUAL
Ana Lidia Silveira De Oliveira
Elza Pereira Correia
Fernanda Queiroz
Franciane Lucia Fabrício Carvalho
Ivone Francisca De Souza
Josefina Diaz Fernandez Baião
Marcia Aparecida De Oliveira Neves
Maria Inez Barboza Marques
Silvana Rausis Fcachenco

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

CONSELHO DA MULHER DO PARANÁ

V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS Mulheres do Paraná
As Mulheres, os Territórios e as Cidades

DELEGADAS - GOVERNO MUNICIPAL

MULHERES NEGRAS TITULARES - Número de vagas 12 (33%)
Danielle Araujo De Souza Amaral
Emiliane Do Rocio Ramos Batista Dos Santos
Jhayne Silva Rosa
Maria Aparecida De Aguiar Martins
Maria Cristina Particheli Hofstater
Marta Vieira Dos Santos De Oliveira
Mecila Alves dos Nascimento
Meirieli Eloisa De Souza Lopes
Selma Aparecida Pereira De Almeida
Sunamita Da Silva Oliveira
Tatiane Alves Dos Santos
Maria Cristina De Oliveira Rodrigues Hamera
MULHERES LBTQIAP+ TITULARES - Número de Vagas 03 (10%)
Mariane Lukavy
Ana Clara Coracin Batista Da Silva
Wictória Medeiros Da Silva
MULHERES INDÍGENAS TITULARES - Número de vagas 02 (5%)
Marileide Geraldo Da Soledade
SEGMENTO DA AMPLA CONCORRÊNCIA - Número de vagas 04, com mais 05 vagas que sobraram dos segmentos anteriores e 02 vagas cedidas do Governo Estadual
MULHERES TITULARES ELEITAS POR VOTAÇÃO INDIVIDUAL
Thalyta Forquim Buco
Ana Flávia Bergamo Moura Brunelli
Renata Cristina Carneiro
Stephanie Mariane Freitas Piveta Azevedo
Olga Maria Agulhon
Paula Andreia Dos Santos Langa
Nelise Cristiane Dalprá Noceti

Giseli Alves Da Rocha
Jaqueline Wroblewski
Hellen Silvestre Costa
Fernanda Maia De Souza

DELEGADAS - GOVERNO ESTADUAL

MULHERES NEGRAS TITULARES
Pamela Ribeiro Velho
MULHERES ELEITAS POR CONSENSO DO SEGMENTO AMPLA CONCORRÊNCIA
Mariana de Sousa Machado Neris
Carolina Bolfe Poliquesi
Kelly Helena Correia Klein
Luciana Novaes
Sílvia Cristina de Lima
Marcia de oliveira de Amorim
Terezinha Beraldo Pereira
Gessica Greschuk Ribeiro
Jussara de Camargo Nogueira
Carla Konieczniak Aguiar
Kaomi Maltez Alves
Priscila Alves da Silva
Kelly Letchakowski
Fernanda Cristina Heberle

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

CONSELHO DA MULHER DO PARANÁ

V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS Mulheres do Paraná
As Mulheres, os Territórios e as Cidades

MOÇÕES[1]

Moções de recomendação:

1. Pela saúde integral, reparação e bem-estar da mulher negra;

Moções de protesto

1. Dispositivos que salvaguardam mulheres que atuam no combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

Moções de repúdio

1. Moção de Repúdio às barreiras à visitação e a violação de direitos de mulheres apenadas e familiares no sistema prisional;
2. Moção de Repúdio à violência obstétrica contra mulheres indígenas e pela criação de políticas públicas de cuidado integral aos corpos-território;
3. Moção de Repúdio à implementação de escolas cívico-militares;
4. Moção de Repúdio ao modelo de educação implementada pelo governo no estado do Paraná;
5. Moção de Repúdio à privatização das escolas do Paraná;
6. Moção de Repúdio ao PL 251/2025 de autoria do deputado estadual Tito Barrichelo - União Brasil;
7. Moção contrária às altas taxas de juros;
8. Moção de Repúdio à disseminação de desinformações a respeito do caso de Maria da Penha;
9. Moção de Repúdio à Ação Direta de Inconstitucionalidade, apresentada ao STF - ADI 7796;
10. Moção de Repúdio à política de adoecimento e morte nas escolas estaduais do Paraná;
11. Moção de Repúdio/Protesto ao inciso III do art. 1º da Resolução nº 1 de 17 de junho de 2025 por excluir mulheres com deficiência intelectual ou múltiplas deficiências na participação dos pleitos eleitorais;
12. Moção de Repúdio ao PL 2159/21, o PL da devastação e em defesa dos direitos das mulheres indígenas;
13. Moção de Repúdio à violência policial no estado do Paraná
14. Dificuldade de locomoção, de mulheres com filhos e delegadas eleitas em conferências livres, para a conferência;

[1] Em razão do tamanho do arquivo, as moções não foram anexadas a este relatório, constando apenas os respectivos títulos. O documento integral poderá ser solicitado pelo e-mail oficial da V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Paraná: conferancia.mulher@semipi.pr.gov.br

15. Mulheres do Paraná contra a reforma administrativa em curso na câmara dos deputados;
16. Nota de Repúdio ao Programa Parceiro de Roni Miranda e Ratinho Júnior;

Moções de apoio

1. Moção de apelo e solidariedade
2. Agradecimento
3. Mulher 40+
4. Moção de apoio à Ministra Marina Silva, diante da violência política de gênero sofrida no Congresso Nacional;
5. Moção de Apoio à conversão da 1ª Vara Criminal de Guarapuava em vara criminal especializada em violência doméstica e familiar;
6. Observatório Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres previstos nos projetos de PEI em andamento;
7. Moção de apoio à implementação do atendimento 24 horas na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) Cascavel;
8. ROB Reforma Obstétrica Brasileira;
9. Reforma Obstétrica Já;
10. Moção de Apoio à luta da comunidade do Jd. Igapó em defesa da Praça Pedro Pezzarini - Londrina;
11. Piso Salarial - Assistente Social;
12. Moção de Apoio pela taxação das grandes fortunas;
13. Fortalecimento da Rede Municipal de Enfrentamento a Violência Doméstica, Familiar e Sexual contra mulheres de Londrina;
14. Moção de Solidariedade do povo Palestino;
15. Moção em defesa do reconhecimento das parteiras tradicionais;
16. Moção de apoio pela reforma obstétrica brasileira;
17. Delegacia Especializada de Atendimento às Mulheres - DEAM 24h no município de Londrina;
18. Moção de Apoio ao Plebiscito Popular;
19. Não extinção da secretaria municipal de políticas para as mulheres na cidade de Londrina;
20. Moção de apoio à manutenção da secretaria municipal de políticas para as mulheres do município de Londrina;
21. Solidariedade às mulheres palestinas e crianças;
22. Visibilidade e não invisibilidade das mulheres migrantes, refugiadas, apátridas e brasileiras retornadas;

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA

CONSELHO DA MULHER DO PARANÁ

V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS Mulheres do Paraná
As Mulheres, os Territórios e as Cidades

ATA DA V CONFERÊNCIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO PARANÁ

DIA 29 DE JULHO DE 2025 - ABERTURA

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, no Auditório do Hotel Golden Park Internacional, sito na rua Almirante Barroso, 2006, Foz do Iguaçu, Paraná. Foi realizada a sessão de abertura oficial da V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Paraná – As Mulheres, os Territórios e as Cidades, com a presença de delegadas, autoridades e demais participantes. A programação teve início às quatorze horas com o credenciamento e registro de presença. Às dezesseis horas, procedeu-se à leitura e aprovação do Regimento. Às dezoito horas, foi servido o jantar das delegadas. Em seguida, às 19 horas, a Mestre de Cerimonial (MC) desejou boas vindas a todas e todos, falou: “este é um espaço acolhedor, um espaço de escuta, diálogo e participação social, onde mulheres de diferentes realidades podem apresentar suas demandas e contribuir para a elaboração de propostas que visem a garantia de seus direitos, a promoção da igualdade de gênero, o combate à discriminação e o empoderamento feminino, contribuindo para a construção de políticas públicas mais justas e eficazes”. Após as boas-vindas, a MC apresentou o Grupo Folclórico Latinoamericano, coletivo artístico multicultural dedicado à preservação, valorização e divulgação das tradições culturais dos povos da América Latina, formado por talentosos universitários de diversos países. Após a performance do Grupo, a MC agradeceu à Prefeitura de Foz do Iguaçu, especialmente à secretária da mulher, Sheila Mello, pela parceria em proporcionar a magnífica apresentação. Prosseguindo, a MC destacou se tratar de um momento histórico para o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher e para a Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, disse também que esta é a primeira Conferência no Paraná com uma Secretaria de Estado da Mulher constituída e

hoje celebra-se essa conquista, fala que, nas palavras da Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Colombo, Paraná, Elisangela Hahn dos Santos Santiago: “A maior vitória é sabermos que essa Conferência não é um evento. Conferências não são eventos. Elas são parte e resultado de um processo”. Continuou, falando que o tema da Conferência é um tema muito pertinente, que trata do fortalecimento dos territórios, dos direitos das mulheres e da democracia, estar em contato com cada mulher nos territórios, ouvindo suas inúmeras necessidades e também suas potências, demonstra que se segue na defesa, garantia e consolidação dos direitos das mulheres conquistados ao longo da história, o direito ao voto, à educação, à liberdade, o direito de viver sem violência. Disse ainda que se enfrentam imensos desafios na efetivação desses direitos e muitas lacunas nas políticas públicas, por isso é tão importante esse espaço da Conferência, um espaço de controle social, celebrando o que já foi conquistado e construindo coletivamente o que ainda falta. Ressaltou que nos territórios ecoa a vida dos municípios, expressa nas realidades de todas as mulheres, realidades que exigem superar burocracias, quebrar protocolos, construir respeito e compreender que políticas para mulheres não são e não serão tradicionais, porque as mulheres são plurais, tais como mulheres negras, com deficiência, da comunidade LBTQIA+, migrantes, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, faxinalenses, das ilhas, do campo, da cidade, ciganas, de matriz africana, benzedeiras, privadas de liberdade, religiosas, cipozeiras, pescadoras artesanais, mulheres de todas as idades e tantas outras identidades presentes no estado do Paraná. Após sua fala de abertura, convidou as autoridades presentes para a composição da mesa de frente, convida: a Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná Leandre Dal Ponte; a Ministra de Estado das Mulheres e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher Márcia Lopes; a Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná Ivanete Paulino Xavier; a Deputada Federal Lenir de Assis; a Deputada Estadual Mabel

Canto; a Deputada Estadual Cloara Pinheiro; a Deputada Estadual Flávia Francischini; a Deputada Estadual Cristina Silvestri; a Deputada Estadual Márcia Huçulak; a Deputada Estadual Luciana Rafagnin; a Subprocuradora Geral do Paraná Lucia Cachoeira; a representante do Tribunal de Justiça do Paraná Danuza Zorzi Andrade; a representante da Defensoria Pública do Paraná Livia Martins Salomão Brodbeck; a representante do Ministério Público do Paraná Ana Carolina Franceschi; a representante do Tribunal de Contas do Paraná Nayara do Amaral Carpes; a Secretária de Estado da Cultura Luciana Casagrande; o Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda Paulo do Carmo; a representante da Secretaria de Estado e Ensino Superior e Reitora da UEL Marta Regina Gimenez Favaro; a Arquiteta e Urbanista May East; a representante da Prefeitura de Foz do Iguaçu Sheila Mello; a Vereadora de Foz do Iguaçu Anice Gazzaoui; a Coordenadora do Fórum de Gestoras Municipais de Políticas Públicas para as Mulheres Camila Sanches; a Vice Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores Familiares do Paraná Ivone Francisca de Souza; a representante de todas as Gestoras de Políticas para as Mulheres e Secretária da Mulher e da Igualdade Étnico Racial de Curitiba Marli Teixeira; a representante das Mulheres de Matriz Africana Josiane dos Santos da Silva Simonetti; a representante das Mulheres da Comunidade LBTQIA+ Renata Borges Branco; a representante das Mulheres Religiosas Tania Cristina de Castro Ribeiro; a representante das Mulheres Indígenas Amauê Lourenço Guarani Jacintho; a representante das Mulheres com Deficiência Léo Ribas; a representante das Mulheres Migrantes e Refugiadas Rockmillys Basante Palomo; a Mestre de Cerimônia prosseguiu e referenciou as autoridades que compõem a mesa estendida nas primeiras fileiras do Auditório, a representante da casa Civil do Paraná Jaqueline Semke Ranzolin; a representante da Secretaria de Estado da Saúde Carolina Bolfe Poliquesi; a representante da Secretaria de Segurança Pública Luciana de Novaes; a representante da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania Jane Cristina Lobato Vasques; a

representante da Secretaria de Estado do Planejamento Camile Lima Cardoso; a representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família Silvia Cristina de Lima; a representante da Secretaria de Estado da Educação Sandra Aparecida da Silva; a representante da Secretaria de Estado das Cidades Marcia de Oliveira Amorim; e referência também todas as Conselheiras Estaduais Governamentais e da Sociedade Civil presentes. A seguir a MC convidou a todas e todos para que fiquem em posição de honra para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Em seguida, passou para a fala das autoridades, as quais destacaram a importância do evento para a promoção e defesa dos direitos das mulheres no Estado do Paraná e no Brasil. As vinte e trinta horas iniciaram-se as palestras temáticas: *"Panorama da Política da Mulher no Estado do Paraná"*, ministrada pela Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa Leandre Dal Ponte e *"Avanços e desafios do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Paraná"*, ministrada pela Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher Ivanete Paulino Xavier. Às vinte e uma horas realizou-se a apresentação cultural, Performance Teatral "Se essa rua fosse nossa" pelo Grupo de Teatro da Caixa de Assistência dos Advogados da OAB PR, com direção e dramaturgia - Humberto Gomes e atuação – Aline Gomes, Gabrielle Colatusso, Lena Corrêa e Sandra Prado. Às vinte uma e trinta horas realizou-se a apresentação da Palestra Magna com o tema central da V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres: *"As mulheres, os territórios e as cidades"*, proferida pela Arquiteta e Urbanista Internacional May East, que abordou questões ligadas à participação feminina nos processos de planejamento urbano, sustentabilidade e igualdade de gênero nos espaços públicos. Às vinte e duas e trinta horas a MC agradeceu a todas e todos e deu por encerrada a solenidade de abertura da V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.

DIA 30 DE JULHO DE 2025

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às 8 horas, deu-se início às atividades do segundo dia da Conferência com o registro de presença dos participantes coordenado pela equipe de organização. Todos os participantes devidamente credenciados, delegadas, convidadas(os), observadoras assinaram a lista de presença por QR Code e/ou manual. Às nove horas procedeu-se à discussão dos eixos e elaboração das propostas nos grupos de trabalho, com o objetivo de avançar na análise dos eixos temáticos estabelecidos, elaborar propostas concretas para inclusão no relatório final da conferência e promover a integração entre os grupos de trabalho e o alinhamento de ideias. Às dez horas ocorreu o *Coffee break*, e prosseguiu-se à discussão dos eixos e elaboração das propostas, uma discussão aprofundada dos eixos, consolidação de propostas preliminares a serem sistematizadas pela comissão de relatoria e registro das principais demandas e sugestões apresentadas pelos grupos. Às onze e trinta e cinco horas ocorreu o intervalo para o almoço. Às treze e cinquenta horas foi dada a continuação da discussão dos eixos e elaboração das propostas em grupos de trabalho, quando as propostas discutidas foram revisadas e consolidadas para apresentação na plenária final, as coordenadoras de cada grupo enviaram suas contribuições à comissão organizadora, sendo que o relatório parcial será disponibilizado aos delegados(as) antes da sessão plenária. Nada mais havendo a tratar, às dezoito horas houve o encerramento das atividades do dia e às dezoito e trinta horas foi servido o jantar destinado às delegadas.

DIA 31 DE JULHO DE 2025

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de 2025, às sete horas e trinta minutos, deu-se início ao terceiro dia da Conferência com o objetivo do dia a deliberação de propostas e aprovação das moções, bem como eleição das delegadas que representarão o Estado do Paraná na 5° Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Os trabalhos tiveram início às sete e trinta horas

com o registro de presença das participantes. Às oito e trinta horas, a Vice Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher Mariana de Sousa Machado Neris, declarou aberta a plenária para deliberação das propostas e aprovação das moções, seguindo a pauta previamente definida e aprovada pela comissão organizadora. Durante a plenária, foram apresentadas, discutidas e votadas as propostas oriundas dos grupos de trabalho, sendo aprovadas propostas dos Eixos Temáticos e Moções Apoio/Rejeição/Homenagem. Às dez horas foi realizado o *Coffee break*, retomando-se os trabalhos às dez e vinte horas, com a continuidade da plenária até às onze e quarenta horas, quando se deu o intervalo para almoço. As atividades foram retomadas às treze e trinta horas dando prosseguimento à deliberação das propostas e moções até às quinze horas, quando ocorreu novo *Coffee break.* Às quinze e vinte horas foi aberta a sessão para a eleição das delegadas à 5° Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Às dezoito horas a Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher deu por encerrada a V Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres do Paraná, agradecendo a presença de todas as participantes, da equipe organizadora e das autoridades presentes. Às dezoito e trinta horas foi servido jantar destinado às delegadas eleitas e convidadas especiais. Nada mais havendo a tratar, eu Sandra Cristina Hey Paizani, Assessora da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, lavrei a presente Ata.